

CAE pode votar projeto que amplia pregão eletrônico

Projeto do Executivo que amplia o uso do pregão eletrônico nas compras do governo pode ser votado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta, que altera a Lei de Licitações, integra o Programa de Aceleração do Crescimento. **Página 3**

Aprofundar a integração, desafio para o Mercosul

“O caminho é aprofundar a integração”, afirma o presidente do Parlamento do Mercosul, o deputado uruguaio Roberto Conde. Em entrevista à TV Senado, ele diz que o parlamento pode contribuir para o esforço em busca da consolidação do bloco. **Página 6**

Eleitor rejeita financiamento público de campanha eleitoral

Pesquisa do DataSenado indica baixa aceitação do uso do dinheiro público na propaganda dos candidatos, forte defesa da fidelidade partidária e exigência de mudança na escolha de suplentes



Para 49% dos entrevistados pelo DataSenado em 27 capitais, as campanhas eleitorais devem receber contribuições financeiras apenas do setor privado. Os defensores do financiamento público de campanhas – um dos pontos da reforma política – são apenas 31%. Um total de 13% defende financiamento misto (público e privado) e 7% não souberam ou não quiseram responder. A pesquisa, feita com 1.094 eleitores, abrange outros pontos da reforma. **Página 4**

Relatores indicam o que deve ser esclarecido na perícia

Os três relatores do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar elaboraram ontem uma lista de pontos que precisam ser esclarecidos no prosseguimento da perícia dos documentos apresentados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, em sua defesa no processo por suposta quebra de decoro parlamentar. **Página 5**



Jane Araújo

A quem pertence o mandato? CCJ discute proposta

Proposta de emenda constitucional que assegura aos partidos políticos a titularidade dos mandatos dos parlamentares está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, que se reúne amanhã. Se a matéria for aprovada, o parlamentar que trocar de partido perderá o mandato. Outro projeto limita as coligações partidárias a eleições majoritárias – prefeito, governador, presidente da República e senador. **Página 4**

Senadores ouvem amanhã integrantes do setor teatral e, na quinta, debatem programação para meio eletrônico

Subcomissão discute contribuições à lei para o teatro

Representantes do meio artístico vão debater amanhã propostas relativas à elaboração de lei específica para o setor teatral, em audiência pública na Subcomissão de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, ligada à Comissão de Educação (CE). A reunião, prevista para as 10h, é uma iniciativa do presidente do colegiado, Demostenes Torres (DEM-GO), e da senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN).

Para discutir o assunto, foram convidados o produtor teatral e especialista em legislação cultural Paulo Pélico; a atriz Beatriz Segall; a presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio Grande do Sul (Sated-RS), Marley Bisol Danckwardt; e o ator e produtor teatral Odilon Wagner.

Nesta quinta-feira, a subcomissão promove audiência pública para instruir o projeto que dispõe sobre produção e programação de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico. A proposição tem a finalidade de exigir que essas atividades permaneçam em mãos de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

O projeto (PLS 280/07), de autoria do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), define a distribuição por meio eletrônico como

“a oferta, disponibilização ou transporte de conteúdo através de serviços de telecomunicação, fixos ou móveis, ainda que envolva a internet, portais, sítios ou qualquer outro serviço de valor adicionado”.

A matéria estabelece que as prestadoras de serviços de telecomunicações que não tenham pelo menos 51% de capital em mãos de brasileiros somente poderão distribuir, por meios eletrônicos, conteúdo produzido por brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

Entre os convidados da audiência estão os presidentes da Associação Brasileira de Radiodifusores (Abra), João Carlos Saad; da Associação Brasileira dos Provedores de Acesso, Serviços e Informações da Rede Internet (Abranet), Eduardo Fumes Parajo; da Rede Minas (TV Minas Cultural e Educativa), Antônio Achilis Alves da Silva; do Conselho da Cinemateca Brasileira, Gustavo Dahl; da Associação Nacional das Operadoras de Celulares, Ercio Alberto Zilli; e o integrante do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação Juliano Maurício de Carvalho.

O requerimento para a realização do debate é de autoria dos senadores Flávio Arns (PT-PR) e Marisa Serrano (PSDB-MS).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Medidas provisórias trancam a pauta do Plenário

A sessão deliberativa de hoje tem início previsto para as 14h. A pauta está trancada por quatro medidas provisórias (MPs) e três projetos de lei de conversão (PLVs). Entre os

itens, três MPs e um PLV tratam da abertura de créditos extraordinários a órgãos e empresas públicas e de repasse de verbas a estados exportadores (Lei Kandir).



Mudança no Supersimples em pauta na Comissão de Assuntos Econômicos

Proposta que altera dispositivos referentes à tributação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Supersimples) pode ser votada hoje na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) às 10h. O colegiado, que

tem outros 15 itens em pauta, também deve deliberar sobre projeto que inclui nascituros entre os dependentes que possibilitam dedução na base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física.

CPI do Apagão Aéreo inicia terceira fase dos trabalhos

A CPI do Apagão Aéreo reúne-se às 10h para ouvir os procuradores do Ministério Público Federal Rômulo Conrado e Gilberto Waller Júnior, o analista da Controladoria Geral da União Amarildo Leite e

o perito da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) Fernando de Andrade. Em seguida, às 14h30, será ouvido o superintendente de Serviços Aéreos da Agência Nacional de Aviação Civil

(Anac), Mário Paes. Está agendado ainda, para as 16h, depoimento da empresária Sílvia Pfeiffer, que dará continuidade à prestação de informações sobre suposto esquema de corrupção na Infraero.



Atendimento médico a aluno do ensino fundamental

Os senadores da Comissão de Educação (CE) realizam reunião, hoje, às 11h. Entre os itens em pauta, encontra-se o que dispõe sobre atendimento médico e odontológico

a estudantes do ensino fundamental público. Também consta da agenda proposta que torna obrigatório o uso de uniforme estudantil padronizado nas escolas públicas.

Criação do Instituto Chico Mendes será debatida na CMA

Às 11h30, a Comissão de Meio Ambiente (CMA) reúne-se em audiência pública para discutir o projeto de lei de conversão proveniente da Medida Provisória 366/07, que

trata da criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Estão convidados para o debate o secretário-executivo do Ministério do Meio Ambiente, João

Paulo Capobianco, e o presidente interino do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Bazileu Alves Margarido Neto.

Comissão discute aquecimento global

O secretário-executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Luiz Pinguelli Rosa, participa, às 14h30, de debate na comissão mista especial destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas. Antes da audiência pública o colegiado decide questões administrativas.

LDO pode ser votada hoje

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) realiza reunião hoje, às 10h, para analisar o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2008.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e

Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa, Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 2º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Papaléo Paes e Mão Santa

Senadores vão eleger novo presidente da CRA

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) reúne-se amanhã para eleger seu novo presidente. Ele substituirá o ex-senador Joaquim Roriz, que renunciou na quarta-feira passada, depois que a Mesa do Senado decidiu enviar ao Con-

selho de Ética representação do PSOL para apurar denúncias de corrupção contra Roriz.

O ex-senador foi acusado de negociar com o ex-presidente do Banco de Brasília (BRB) Tarcísio de Moura a divisão de R\$ 2,2 milhões, recursos supostamente

liberados pelo empresário Nenê Constantino, presidente do Conselho de Administração da Gol.

Conforme o critério de proporcionalidade usado na divisão dos cargos das comissões entre os partidos, cabe ao PMDB indicar o presidente da CRA. O vice-

presidente é o senador Expedito Junior (PR-RO).

A Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, que funciona no âmbito da CRA, reúne-se também amanhã para tratar do cronograma de trabalho para o segundo semestre.

Regulamentação das profissões é tema de mais uma audiência

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizará audiência pública, amanhã, a partir das 11h, para tratar da regulamentação de profissões e da criação dos conselhos profissionais. O objetivo do debate é contribuir para o exame de projetos em tramitação no Senado que dispõem sobre o assunto. O requerimento para a reunião é da presidente da CAS, senadora Patrícia Saboya (PSB-CE).

Esse será o segundo debate promovido pela comissão sobre o tema. Para a reunião, estão convidados o deputado Paulo Magalhães (DEM-BA), presidente da Frente Parlamentar das Profissões Regulamentadas; o presidente do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, José Euclides Poubel e Silva; a presidente do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional do Rio Grande do Sul, Maria Teresa Dresch da Silveira; e o presidente do Conselho Federal de Economia, Synésio Batista da Costa.

O aspecto jurídico da questão foi o foco do primeiro debate, realizado em 18 de abril, que contou com as presenças do ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST) Ives Gandra da Silva Martins Filho; do secretário-geral da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-DF), Luiz Eduardo Sá Roriz; do assessor da secretaria-executiva do Ministério do Trabalho Alessandro Ferreira dos Passos; e do coordenador de Identificação e Registro Profissional do Ministério do Trabalho, Francisco Gomes.



Reunião foi requerida por Patrícia Saboya, presidente da CAS

Pregão eletrônico poderá ser mais utilizado nas compras do governo

Um dos itens do Programa de Aceleração do Crescimento, proposta que altera a Lei de Licitações para dar mais transparência a contratos será analisada na CAE

Está na pauta de hoje da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) projeto que altera a Lei de Licitações para ampliar o uso do pregão eletrônico nas compras do governo. Um dos argumentos utilizados em sua defesa é que a mudança traria mais transparência às licitações. A matéria é um dos itens do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) implementado pelo governo federal.

A proposta (PLC 32/07) já foi aprovada na Câmara dos Deputados e, no Senado, recebeu pareceres favoráveis em duas comissões: na de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e na de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Isenção do IR

Outro item da pauta é o projeto de lei que autoriza a dedução dos gastos com nascituros da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física (PLS 7/07). A proposta, do senador Francisco Dornelles (PP-RJ), recebeu parecer favorável da senadora



Senadores da comissão examinam também projetos que tratam sobre Imposto de Renda

Kátia Abreu (DEM-TO). O projeto terá decisão terminativa na CAE.

Também pode ser votado o projeto de lei que restabelece a isenção do Imposto de Renda para os empreendimentos a serem instalados nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) ou da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). A proposição (PLS 43/07), de autoria do senador

Arthur Virgílio (PSDB-AM), prevê ainda que esse benefício terá a duração de dez anos, contados a partir do ano em que o empreendimento iniciar suas operações. A matéria recebeu parecer favorável, com emendas, de seu relator, senador João Vicente Claudino (PTB-PI).

A pauta da reunião de hoje da CAE tem 16 itens a serem apreciados. A reunião será realizada na sala 19 da Ala Alexandre Costa, a partir das 10h.

Comissão debate o programa Brasil Afroatidade

Atendendo a requerimento dos senadores Paulo Paim (PT-RS) e César Borges (DEM-BA), a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realiza audiência pública nesta quinta-feira, a partir das 9h, para tratar das questões atinentes ao Programa Integrado de Ações Afirmativas para Negros (Brasil Afroatidade).

De acordo com informações do site do Ministério da Saúde, o Brasil Afroatidade é uma parceria entre o Programa Nacional de DST/Aids e universidades que possuem programa de ação afirmativa para negros e que adotam o regime de cotas para acesso dessa população.

Entre os convidados para a audiência estão a diretora do Programa Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde, Mariângela Batista Galvão Simão; o reitor da Universidade de Brasília (UnB), Timothy Mulholland; e o secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Ronaldo Mota.

Papaléo participa de encontro sobre bibliotecas

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP) e a diretora da Biblioteca do Senado, Simone Bastos Vieira, reuniram-se ontem com a presidente da Federação Internacional das Associações de Bibliotecas e Bibliotecários (Ifla), Claudia Lux, e com dirigentes de associações que participam do 22º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação. A Ifla tem 1.700 membros de 150 países.

Papaléo Paes, Claudia Lux – que também preside a Associação Alemã de Bibliotecas e Bibliotecários – e Simone Vieira conversaram sobre o papel das bibliotecas e dos bibliotecários na educação e no desenvolvimento da cidadania nas sociedades democráticas. Papaléo é membro da Comissão Diretora e da Comissão de Educação (CE).

O congresso, que se realiza no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, teve início no último domingo e será encerrado amanhã.

Projeto obriga Caixa a priorizar ações nas regiões mais pobres

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) reúne-se nesta quinta-feira, a partir das 11h, para analisar uma pauta de seis itens, entre os quais o parecer favorável do senador Marco Maciel (DEM-PE) a projeto de lei do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que obriga a Caixa Econômica Federal a dar prioridade, na aplicação de seus recursos, à promoção do desenvolvimento do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste.

A proposição (PLS 455/03) determina que a Caixa passe a aplicar, em proporções crescentes, empréstimos e financiamentos subsidiados para que aquelas três regiões possam se desenvolver. A maior parte dos recursos seria aplicada em obras de infra-estrutura e saneamento básico.

Consta ainda da pauta da CDR a análise do projeto (PLS 261/07) do senador Paulo Paim (PT-RS) que institui a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul). Na avaliação do senador, os estados do Sul do país também precisam de uma agência federal de desenvolvimento, a exemplo do que existe em outras unidades da Federação, para bancar grandes obras de infra-estrutura.

A comissão também deve examinar três projetos de lei (PLSs 352, 356 e 357, todos de 2007) que criam zonas de processamento de exportação (ZPE) nos municípios de Vilhena (RO), Marabá e Santarém, ambos no estado do Pará.



Pela proposta de Jereissati, Nordeste, Norte e Centro-Oeste terão mais investimentos

Pesquisa revela expectativas dos eleitores sobre a reforma política. Maioria dos entrevistados é contra o voto obrigatório e quer mudança na forma de eleger o suplente de senador

Financiamento público tem 49% de rejeição, apura DataSenado

Uma pesquisa de opinião pública do DataSenado sobre as mudanças que os brasileiros esperam nas áreas política e eleitoral apurou que, para 49% dos entrevistados, as campanhas eleitorais devem receber apenas contribuições do setor privado, contra 31% favoráveis ao financiamento público. O financiamento misto tem apoio de 13% e 7% não quiseram ou não souberam responder à questão.

A pesquisa foi promovida por telefone junto a 1.094 eleitores das 27 capitais do país, entre 21 e 28 de maio deste ano.

Confirmando tendência já registrada em outras pesquisas de opinião a respeito do tema, o levantamento do DataSenado demonstra que a maior parte dos entrevistados questiona a obrigatoriedade do voto. Para 61% dos entrevistados, a obrigatoriedade de comparecer às urnas é negativa e não gera comprometimento do eleitor. Já para 36% o voto obrigatório é melhor para o país.

A rejeição à obrigatoriedade do voto aumenta na medida em que cresce o nível de escolaridade dos eleitores. Mais de 70% das pessoas que concluíram o ensino superior são desfavoráveis ao voto obrigatório. Para 57% dos entrevistados, as eleições deveriam ser realizadas de forma unificada apenas de quatro em quatro anos.

O levantamento mostra que 72% dos entrevistados defendem o mandato de quatro anos para presidente da República, governadores e prefeitos. Desse total, 42% acreditam que os ocupantes de cargos executivos devem ter direito à reeleição. Para 30%, o mandato deve ser de quatro anos,

sem direito à reeleição. Outros 15% acham que o mandato deve aumentar para cinco anos, sem direito à reeleição. E 11% preferem que o mandato aumente para seis anos, sem previsão de reeleição.

A pesquisa também revelou a rejeição da maioria dos eleitores pelo atual modelo para escolha de suplentes de senador. Atualmente, quando um senador é eleito,

O financiamento de campanha dividiu o público pesquisado:

- 31% são favoráveis ao financiamento público
- 7% não souberam ou não quiseram responder
- 13% defendem o financiamento misto
- para 49% dos consultados, deve ser feito exclusivamente com recursos privados



os dois suplentes do parlamentar são eleitos com ele por estarem inscritos na mesma chapa. Para 72% dos entrevistados, os suplentes devem ser votados separadamente. O índice de opiniões favoráveis à mudança do sistema de escolha do suplente cresce na medida em que aumenta o nível de escolaridade, subindo de 64% para 81% dos eleitores com ensino fundamental e pós-graduação, respectivamente.

Fidelidade partidária

Para 61% dos eleitores ouvidos sobre o tema, os parlamentares devem ser obrigados a ficar pelo menos três anos no partido pelo qual se elegeram. Outros 29% entendem que o político devolva

o cargo para a legenda pela qual se elegeram, caso queira trocar de partido. Apenas 7% acham que os parlamentares podem continuar trocando de partido quantas vezes quiserem. Os eleitores que ganham até dois salários mínimos são os que mais defendem a fidelidade partidária. Para 65% desse grupo, os parlamentares devem ficar pelo menos três anos no mesmo partido. Quanto ao gênero, as mulheres são as que mais defendem a fidelidade partidária – 68% das mulheres contra 53% dos homens ouvidos são favoráveis à permanência dos parlamentares na mesma legenda durante três anos.

Para 61% dos entrevistados, os sigilos bancário e fiscal não deveriam vigorar para ocupantes de cargos eletivos, contra 35% que defendem o sigilo para a classe política. Atualmente, a legislação brasileira assegura os sigilos bancário e fiscal a todos os cidadãos, sendo que a sua quebra só pode ser realizada por meio de decisão judicial.

Convidados a falar sobre o sistema de governo, os eleitores mostraram-se favoráveis a mudanças, mesmo com a população tendo optado pelo presidencialismo no plebiscito de 1993.

Na pesquisa do DataSenado, 56% dos entrevistados mostraram-se favoráveis a uma revisão do sistema de governo “envolvendo o parlamentarismo e o presidencialismo”, contra 23% que são contra a revisão do sistema e 14% que se mostraram indiferentes ao tema.



Proposta de Jarbas Vasconcelos só admite coligações nas eleições majoritárias



Maciel: mandato pertence ao partido pelo qual o parlamentar se eleger

Titularidade de mandatos e restrição de coligações em análise na CCJ

Matérias de grande impacto sobre a organização das eleições e o funcionamento dos partidos estão na pauta da reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) de amanhã. São duas propostas de emenda à Constituição, uma destinada a assegurar aos partidos a titularidade dos mandatos dos parlamentares (PEC 23/07) e a segunda com o objetivo de restringir as coligações partidárias, que passariam a ser admitidas apenas em eleições majoritárias – prefeito, governador e presidente da República, além do cargo de senador, no Legislativo (PEC 29/07).

O autor da PEC 23/07 é o senador Marco Maciel (DEM-PE). Se prevalecer a medida, o parlamentar que mudar de partido será punido com a perda do mandato – o substituto será do partido ou coligação pela qual ele tenha sido eleito. A PEC 29/07 é de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). O relator das duas matérias é Tasso Jereissati (PSDB-CE), que apresentou voto favorável a ambas.

Caso sejam aprovadas na CCJ, as duas propostas seguirão para exame em Plenário. Se confirmada a decisão favorável, as propostas passarão a tramitar, em seguida, na Câmara dos Deputados. Em relação aos mandatos, já existe decisão favorável do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no sentido de que a titularidade seja do partido, mas ainda está sendo aguardado o pronunciamento

definitivo, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Porte de arma

Na mesma reunião, será apreciado projeto originário da Câmara que permite o porte de arma de fogo a auditores e técnicos da Receita Federal, a funcionários da perícia médica da Previdência Social, a oficiais de Justiça e a defensores públicos. A proposta (PLC 30/07), que tem parecer favorável do relator, Romeu Tuma (DEM-SP), libera ainda o porte a integrantes da carreira de auditoria fiscal do Trabalho, a servidores da auditoria tributária dos estados e do Distrito Federal e a avaliadores do Poder Judiciário da União e dos estados.

Outro projeto em pauta (PLC 4/06) defende que a autenticidade de documentos apresentados como prova em processo trabalhista seja comprovada a partir de declaração do advogado. O relator é Eduardo Suplicy (PT-SP).

Estado do Planalto Central

A CCJ também deve examinar amanhã projeto de decreto legislativo (PDS 298/02) que prevê a realização de plebiscitos em Goiás e Minas Gerais para consultar as populações sobre a criação do estado do Planalto Central. A proposta é do então senador Francisco Escórcio. O relator, Jefferson Péres (PDT-AM), apresentou substitutivo. A requerimento do relator, a CCJ promoveu em 2004 duas audiências públicas sobre o assunto.



Não pode haver democracia sem um Congresso independente, diz Gilvam

Gilvam ressalta papel do Legislativo no fortalecimento das democracias

O fortalecimento da democracia foi defendido por Gilvam Borges (PMDB-AP), que destacou a importância do Poder Legislativo para a manutenção dessa conquista.

Depois de uma explanação sobre a sofrida história da conquista da democracia no mundo, o senador assinalou que, no quadro de legalidade institucional,

o equilíbrio entre os Poderes configura-se fundamental para a democracia.

Gilvam usou como exemplo de desequilíbrio das instituições democráticas a possibilidade de uma crise interna enfraquecer o Congresso.

– Não há estado de direito sem a democracia que nos garante o Congresso. Portanto, não pode

haver democracia sem um Legislativo forte, independente, senhor dos seus atos, cômico das suas prerrogativas e seus deveres para com a nação – enfatizou.

Nesse cenário, Gilvam alertou para a exposição negativa dos parlamentares aos olhos da população.

– Quando um congressista cai, toda a instituição fica compromete-

tida perante a opinião pública. E a pior condenação são essas sanções sociais, em que se é olhado já com condenação – disse.

O senador defendeu que os membros do Congresso que estiverem sob suspeição sejam investigados, mas, segundo ele, a imprensa também deveria ressaltar os parlamentares que são homens de bem.

Renan faz visita a Antonio Carlos no Incor em São Paulo

O presidente do Senado, Renan Calheiros, fez ontem uma visita ao senador Antonio Carlos Magalhães (DEM-BA), que se encontra internado desde o dia 13 de junho no Instituto do Coração (Incor) do Hospital das Clínicas, em São Paulo.

De acordo com a assessoria de Renan, ele ficou satisfeito com o estado de saúde de Antonio Carlos, que se mostra ansioso para ter alta.

– O senador Antonio Carlos Magalhães melhora a cada dia. Faço votos pelo seu pronto restabelecimento – disse o presidente do Senado.

Renan também acompanha com atenção a evolução do estado de saúde do senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA), que deve ser operado hoje no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo.

De passagem pela capital paulista, o presidente do Senado telefonou para dona Isabel, mulher do senador maranhense, para saber notícias de Cafeteira, que não pode receber visitas.



Suplicy sugere divulgar pela internet despesas feitas com verba indenizatória

Suplicy quer mais transparência nos gastos dos senadores

Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu a colaboração dos senadores para elaborar projeto de resolução com o objetivo de tornar transparentes os gastos dos parlamentares.

Na opinião de Suplicy, é possível melhorar a imagem dos parlamentares na opinião pública com a disponibilização na internet das despesas efetuadas com a verba indenizatória a que têm direito, mensalmente, no valor de R\$ 15 mil. Segundo observou, a discriminação dos gastos garantiria maior transparência.

Na presidência da sessão, Mão Santa (PMDB-PI) apoiou a proposta de Suplicy e afirmou que a iniciativa será “um passo adiante na moralidade e transparência da coisa pública”.

Conselho solicita das secretarias de Agricultura e da Fazenda de Alagoas e da Delegacia do Ministério da Agricultura informações a respeito de operações sobre venda de gado

Relatores indicam pontos a serem esclarecidos por perícia

O presidente do Conselho de Ética, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), e os relatores, Renato Casagrande (PSB-ES), Marisa Serrano (PSDB-MS) e Almeida Lima (PMDB-SE), reuniram-se ontem à noite com dois agentes da Polícia Federal para elaborar uma lista com itens que precisam ser esclarecidos no prosseguimento à perícia dos documentos apresentados pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, em sua defesa no processo por suposta quebra de decoro parlamentar.

No entanto, a relação dos itens só deverá ser concluída hoje, quando o PSOL, autor da representação, apresentar a lista dos pontos que, em sua avaliação, devem orientar a perícia. O presidente do Senado já encaminhou ao conselho os seus quesitos. De acordo com Renato Casagrande, Renan deseja que a Polícia Federal se manifeste, por exemplo, a respeito da autenticidade das provas apresentadas e das informações prestadas.

De posse da lista do PSOL e de Renan, o conselho solicitará formalmente à Mesa da Casa que requisite à Polícia Federal a continuidade da perícia. Também hoje, Renan Calheiros receberá relação de documentos que precisará apresentar para o aprofundamento das investigações.

O conselho pretende obter das secretarias de Agricultura e da Fazenda de Alagoas e da Delegacia do Ministério da Agricultura



Almeida Lima (E), Casagrande e Marisa Serrano discutem o prosseguimento da perícia

informações que complementem a investigação. Na reunião de ontem, foram elaborados ofícios dirigidos a esses órgãos.

Novas denúncias

O presidente do Conselho de Ética e os relatores foram questionados a respeito da possibilidade de incluir nas investigações denúncias de que Renan teria atuado para beneficiar a cervejaria Schincariol em Alagoas, após a empresa ter adquirido uma fábrica de seu irmão, deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL), segundo reportagem da revista *Veja*.

Tanto Quintanilha quanto os relatores disseram acreditar que seria necessária nova representação para investigar o caso. O PSOL, autor da representação, manifestou a intenção de incluir o caso no processo, sob a alegação de que o pedido inicial englobaria qualquer denúncia de uso indevido do cargo por parte do senador.

Tuma: “Se assumir, Gim Argello será investigado pela corregedoria”

Em entrevista à imprensa, logo após encontro com o procurador do Ministério Público Federal responsável pela investigação do processo contra o ex-senador Joaquim Roriz, o corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), confirmou que, tão logo o suplente de Roriz, Gim Argello, tome posse na Casa, a corregedoria deverá instaurar processo de investigação contra ele como participante das denúncias que envolvem Roriz.

– Não há dúvida de que vou apurar. Houve uma renúncia, e

as acusações estão interligadas – disse Tuma.

Segundo Tuma, o procurador garantiu que enviará as informações constantes no processo à corregedoria, tão logo ela instaure o processo administrativo por quebra de decoro parlamentar, mesma providência que tomará em relação ao Supremo Tribunal Federal (STF).

O ex-senador Joaquim Roriz foi flagrado em conversa telefônica com o ex-presidente do BRB Tarcísio Franklin de Moura discutindo a partilha de R\$ 2,2 mi-

– *A priori*, não vejo razão para acolher um aditivo à representação. Mas vamos aguardar para poder analisar e, se for o caso, recorrer à consultoria do Senado a fim de ter um embasamento jurídico em relação a essa questão – disse Quintanilha.

Questionamentos

Segundo o relator Renato Casagrande, Renan Calheiros, em sua petição ao Conselho de Ética, questionou procedimentos que o órgão tem adotado em relação ao processo.

Casagrande informou que, na avaliação de Renan e de seus advogados, o relatório apresentado inicialmente pelo senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA) deveria ter sido votado. O relator lembrou que o presidente do conselho, Leomar Quintanilha, já se pronunciou a respeito da nulidade do relatório de Cafeteira num “despacho saneador” expedido na semana passada.



Tuma: “Houve uma renúncia e as acusações estão interligadas”

lhões, resultantes do desconto no BRB de um cheque pertencente ao empresário Nenê Constantino. As informações a que se refere o corregedor do Senado envolveriam Gim Argello na partilha desses recursos.



Valter Pereira aponta violação de estado de direito ocorrida no município de MS

Crise entre Poderes em Cassilândia preocupa Valter

Valter Pereira (PMDB-MS) voltou a denunciar ontem o que chamou de “violação do estado de direito”, ocorrida no município de Cassilândia, em Mato Grosso do Sul. Ele informou que o prefeito da cidade, o vice-prefeito e seis vereadores, dos nove que ocupam a câmara municipal, foram presos pela Polícia Civil e pelo Ministério Público na Operação Judas, devido a envolvimento em crimes de fraude, desvio de dinheiro público e agiotagem.

O senador afirmou que, após as prisões, a juíza Jeane de Souza Barbosa Ximenes designou o juiz Silvio César Prado para o cargo de prefeito de Cassilândia, alegando a inconstitucionalidade da Lei Orgânica do município, que prevê a designação do procurador da prefeitura.

– O Judiciário da comarca proclamou que descumpriu a Lei Orgânica por entender que ela é inconstitucional. Acontece que não há declaração de inconstitucionalidade por quem de direito. E não havendo, ela tem que ser cumprida. Nas palavras do promotor de Justiça Ronaldo Vieira Francisco, Cassilândia encontra-se em estado de exceção, por alegado vício entre os Poderes Legislativo e Executivo – frisou.

Responsabilidade

Valter Pereira observou ainda que, sendo o guardião do estado de direito, o Poder Judiciário não pode estabelecer um estado de exceção. O parlamentar solicitou a intervenção da Corte de Mato Grosso do Sul, para que ela entregue o poder ao titular da linha sucessória legal.

Mão Santa (PMDB-PI) disse que existe uma hierarquia que precisa ser respeitada. Ele sugeriu a Valter Pereira que procure o governador do estado para discutir o problema.

– Isso aí é corrupção, usurpação do direito alheio – assinalou.

Em entrevista à TV Senado, deputado uruguaio Roberto Conde aponta travas à livre circulação de bens no bloco como o problema mais difícil a ser enfrentado

Novo presidente do Mercosul quer apressar a integração

O novo presidente do Parlamento do Mercosul, deputado uruguaio Roberto Conde, assumiu o cargo em 25 de junho, em Montevideu, em substituição ao senador paraguaio Alfonso González Nuñez. O mandato de seis meses de Conde coincide com o da presidência temporária do bloco comercial, que passou do Paraguai para o Uruguai neste segundo semestre. Em entrevista à TV Senado, concedida em Montevideu, Conde falou dos planos para dar prosseguimento à implantação do parlamento, principalmente com a aprovação do regimento interno – já na próxima sessão marcada para 30 de julho –, da necessidade de acelerar o processo de integração e do papel da nova instituição parlamentar, que começou a funcionar este ano.

Roberto Conde também comentou o episódio do fechamento da emissora de televisão RCTV, da Venezuela, pelo governo de Hugo Chávez, e o incidente com o Senado brasileiro, que aprovou moção pedindo a revisão da medida e foi chamado pelo presidente venezuelano de “papagaio do Congresso americano”. O ingresso da Venezuela no Mercosul precisa ser ainda aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro, assim como pelo paraguaio. Conde diz ter “confiança na grande sabedoria que há no sistema político brasileiro para avançar sobre as dificuldades conjunturais em direção aos objetivos estratégicos”, no sentido de superar o conflito com Chávez.

O deputado observa que Chávez “é um presidente legítimo” e que não cabe invocar o Protocolo de Ushuaia para barrar a entrada da Venezuela no bloco.

Leia, a seguir, os principais pontos da entrevista veiculada pelo programa *Diplomacia*, da TV Senado.

O fato de o Uruguai ser a sede do Parlamento do Mercosul e estar na presidência do bloco pode ajudar a impulsionar as atividades da instituição?

Eu creio que sim, que temos que assumir este compromisso de dar impulso inicial, porque é uma experiência nova – estamos começando os trabalhos do parlamento – e o impulso inicial é muito importante. Queremos instalar todo o necessário para que funcione com eficácia, nestes seis meses, e também começar a analisar os

temas mais importantes da integração. O parlamento é um fenômeno complexo. Há mais de 20 partidos políticos representados nele. É um parlamento com ambições de funcionar séria e eficazmente, um cenário privilegiado para analisar os problemas da integração.

Como o senhor crê que vão se agrupar os parlamentares: por tendências ideológicas ou por nacionalidades?

Das duas maneiras, dependendo um pouco dos temas. Há temas que vão fazer com que as delegações cheguem a uma posição nacional. Nos primeiros tempos, ainda haverá muitas delegações que atuarão em função do interesse nacional, porque as posições ou as tendências ideológicas têm que dar lugar. Eu creio que não se deve apressar ou se precipitar. Na América Latina não é como na Europa, em que, apesar de serem quase 800 parlamentares, os blocos políticos e ideológicos são nítidos, são quatro ou cinco grandes blocos. Estou seguro de que, em muitos temas, os parlamentares vão se agrupar não por países, mas em função de sua maneira de ver essa temática, e é claro que isso influencia nas tendências ideológicas.

Qual será a agenda prioritária do parlamento nestes seis meses?

Parece-me que o título da agenda deveria ser: “Como contribui o Parlamento do Mercosul para aprofundar o processo de integração?” Aqui no Uruguai surgiu um debate muito interessante sobre se a integração no Mercosul deve flexibilizar-se ou aprofundar-se. Eu creio que o caminho é aprofundar a integração, tomar medidas que há dez, cinco anos, vêm-se discutindo, mas que não terminam de se concretizar. Quando essas medidas, essas decisões, se concretizarem, o Mercosul se transformará em realidade irreversível. Enfim, há uma quantidade de temas que estão bem planejados, mas, na hora de levá-los à prática, se avança com demasiada lentidão. Se formos capazes de acelerar um pouco o passo nos próximos dois anos,



Conde: regimento interno pode ser aprovado ainda este mês

eu creio que poderemos assistir a algo que poderia chamar-se “a consolidação definitiva do Mercosul”. E o parlamento tem de ajudar, tem de colocar esses debates, ordenar a informação, dialogar com as demais instituições do Mercosul, com os governos, com os cidadãos.

Um ano atrás, o senhor disse que faltava base material, que faltava comércio, no Mercosul. Estamos conseguindo construir essa base?

Neste ano, creio que houve avanços. Continuou a crescer o comércio intra-regional. Foi colocado em funcionamento o Fundo de Convergência Estrutural, para impulsionar alguns projetos de infra-estrutura e projetos fundamentais de trabalho social, e estamos a ponto de conseguir a aplicação definitiva do código aduaneiro. Houve também aumento nos investimentos dentro do bloco. Creio que não houve avanços espetaculares, porém o caminho é de progresso. De qualquer forma, o ponto-chave que tem de melhorar é a livre circulação de bens, de capitais e de pessoas, em que costumam aparecer travas. Tem de se garantir o acesso dos países pequenos aos mercados e tratar de levantar eficaz e rapidamente as travas para a circulação de bens dentro do bloco. Esse é talvez o problema mais difícil, que é a integração econômica.

No que se refere à agenda política, seguramente o tema da Venezuela vai ser discutido. Como tratar essa questão?

Nós temos que tratar esse assunto com o particular cuidado de não cometer uma intromissão nos assuntos internos do estado venezuelano, tendo em conta que a decisão do governo venezuelano sobre a não-renovação do contrato do grupo que explorava a concessão da Radio Caracas Televisión [RCTV] é uma decisão legal. Está amparada pelo ordenamento jurídico vigente na Venezuela, pelo estado de direito. De forma que esse assunto tem de ser tratado no Poder Judiciário venezuelano.

O governo da Venezuela não cometeu nenhuma violação do estado de direito. Portanto, não se pode invocar o tratado de Ushuaia, porque este se aplica quando um país rompe o estado de direito, e não é o caso dessa situação na Venezuela. Pode-se estar de acordo ou não do ponto de vista político com a decisão que o governo venezuelano tomou. E, do ponto de vista político, isso depende da visão que tenha cada partido.

O senhor acredita que o fechamento da RCTV e o mal-estar com o Senado brasileiro poderão dificultar ou impedir a aprovação do ingresso da Venezuela pelo Paraguai e o Brasil?

Aí você introduz outro tema, que são as expressões, eu diria *diminutórias*, não sei se ofensivas, porque não creio que houve vontade do presidente [Hugo] Chávez de ofender o Senado do Brasil. É um presidente legítimo, democrático. Não creio que tenha ele a vontade de ofender uma instituição tão importante na América do Sul como o Senado do Brasil. Porém, as suas expressões foram claramente *diminutórias*. Bem, compete ao Senado do Brasil analisar essa situação, posicionar-se ante ela, pedir as explicações ou as desculpas que os senadores criam que têm de pedir, mas me parece que isso não deve ser obstáculo

para analisar os temas de fundo. Esse incidente é uma questão conjuntural, enquanto o ingresso da Venezuela no Mercosul é uma questão estratégica, parte de uma construção histórica de grande perspectiva. Temos que ter a sabedoria de superar incidentes conjunturais para avançar no caminho histórico. Eu creio que no sistema político do Brasil há muita sabedoria para compreender essas coisas. Mas é um assunto interno do Senado do Brasil, ao qual eu respeito extraordinariamente, e não compete a mim opinar. Mas tenho confiança na grande sabedoria que há no sistema político brasileiro para avançar sobre as dificuldades conjunturais em direção aos objetivos estratégicos.

E o Parlamento do Mercosul poderá ajudar a convergir opiniões neste sentido, não?

Sem dúvida é parte de seu papel. Não temos nenhum temor em discutir esses temas [como o da Venezuela]. Ao contrário, se discutimos os temas difíceis e se conseguimos nos entender, é um grande avanço na construção de consensos políticos e da confiança política.

Com relação ao regimento interno do Parlamento do Mercosul, na sua terceira sessão, o Paraguai enviou apenas três representantes e não houve condições de votar a proposta. O senhor crê que se poderá votar o regimento na próxima sessão, em 30 de julho?

Ainda que não se tenha podido votar, houve um avanço, que foi a distribuição de uma primeira proposta, que tem uma grande quantidade de artigos que já estão acordados, e umas 14 ou 15 emendas, que ainda se têm de discutir. Assim, creio que, na próxima reunião, estaremos em condições de aprovar o regimento, que é o documento fundamental para o trabalho interno, porque ali está o sistema de garantias para a tomada de decisões.

E como se fará para evitar a falta de quórum em outras sessões?

Eu manterei contato com os presidentes de cada uma das seções regionais para assegurar o quórum. Todos são conscientes da importância do regimento. Assim, todos farão um esforço para assegurar o quórum na próxima sessão.



Gerardo Magela

Papaléo sugere deduzir do IR gastos com material escolar e atividade física

Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu dois projetos de lei de sua autoria que propõem novas modalidades de dedução de despesas da base de cálculo do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF).

O PLS 337/07 permite a dedução de despesas com material escolar, e o PLS 340/07 abre essa possibilidade para gastos com profissionais e estabelecimentos

de educação física, quando a atividade for realizada por recomendação médica.

No caso do PLS 337/07, o senador observou que resultado de estudo elaborado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) indicou uma carga fiscal de 39,6% sobre o material escolar. Para amenizar essa carga, Papaléo propõe que

sejam dedutíveis despesas com material escolar do contribuinte e de seus dependentes até o limite anual, por pessoa, equivalente à metade do previsto para gastos com instrução.

Em relação ao PLS 340/07, a intenção é tornar dedutíveis pagamentos feitos a professores de educação física; clubes e academias de atividades físicas,

desportivas, de natação, dança, capoeira, ioga e artes marciais. A atividade física deve estar em um programa terapêutico prescrito por um médico.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) chamou a atenção para o alcance social restrito das propostas, já que somente quem declara Imposto de Renda seria atendido pelas medidas.

Papaléo cita estudos que apontam carga tributária de 39,6% sobre material escolar

Garibaldi analisa situação dos portos e cobra investimentos no setor

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) elogiou matéria do **Jornal do Senado** sobre a situação dos portos no Brasil e manifestou apreensão com a falta de investimentos federais no setor, principalmente no Nordeste. Segundo ele, desde que entrou em vigor a nova legislação sobre a modernização dos portos, “o que se viu foi a extinção da empresa Brasileira de Portos (Portobrás), em 1990, e o abandono dos portos pelo Estado”.

– A iniciativa privada destinou de 1997 a 2005 cerca de R\$ 2 bilhões para melhorar a infraestrutura das unidades portuárias, enquanto o governo, nada – protestou.

O senador afirmou que recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) só beneficiarão os portos de Santos (SP) e de Paranaguá (PR) e que faltam recursos para melhorar os portos do Ceará, do Maranhão, da Paraíba e de Pernambuco e para a conclu-



Gerardo Magela

Garibaldi Alves quer mais atenção e recursos para o Nordeste

são do Porto de Amarração, em Parnaíba (PI).

– O Porto-Ilha, do Rio Grande do Norte, importante meio de escoamento de sal, nunca recebe investimentos federais. Além disso, o porto de Natal necessita de reparos urgentes e ampliação de sua área – frisou.

Os senadores do Democratas do Rio Grande do Norte Rosalba Ciarlini e José Agripino associaram-se ao discurso de Garibaldi.

Agripino é contra PPP para obra de aeroporto no Rio Grande do Norte

A suposta intenção do governo federal de entregar a uma parceria público-privada (PPP) a construção do Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN) foi criticada por José Agripino (DEM-RN). O senador acredita que dificilmente um investidor privado vai apostar em uma obra que exige investimento pesado e tem maturação longa.

Caberia aos governos estadual e federal, no seu entendimento, cumprir o compromisso oficial de arcar com a infra-estrutura desse terminal de cargas. Agripino teme ainda que esse impasse prejudique a instalação de uma zona de processamento de exportação (ZPE) no estado, que dependeria da importação de insumos por esse aeroporto para a produção de mercadorias destinadas, em sua maioria, ao mercado inter-



Gerardo Magela

Agripino pede revisão do marco regulatório de energia elétrica

nacional.

O senador também alertou para um eventual apagão elétrico em 2010, sustentando que a modernização do setor depende da remoção de obstáculos ao licenciamento ambiental das hidrelétricas e da revisão de marco regulatório para a atração de investimentos.

CPI do Apagão Aéreo investigará denúncias contra a Infraero

Comissão ouve procuradores, analista da Controladoria Geral da União, delegada da Polícia Federal e perito, além de retomar depoimento da empresária Sílvia Pfeiffer

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Apagão Aéreo inicia nesta semana a terceira fase de suas investigações. O segundo relatório parcial do colegiado, elaborado pelo relator, Demostenes Torres (DEM-GO), foi apresentado na quarta-feira passada. Agora, a CPI vai centrar esforços para investigar denúncias de irregularidades e desvio de verbas públicas na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero).

A partir das 10h de hoje prestarão depoimentos à comissão os procuradores do Ministério Público Federal (MPF) Rômulo Moreira Conrado e Gilberto Waller Júnior; o analista da Controladoria Geral da União (CGU) Amarildo José Leite; a delegada da Polícia Federal Alessandra



José Cruz

O relator Demostenes Torres apresentou o segundo relatório parcial

Borba; e o perito da Infraero Fernando Silva de Andrade.

Às 16h, será retomado o depoimento da empresária Sílvia Pfeiffer. No dia 21 de junho, ela foi ouvida pela CPI e afirmou existirem irregularidades em contratos de mídia aeroportuária,

obras e publicidade firmados entre a empresa da qual era sócia, a Aeromídia, e a Infraero em aeroportos de Brasília, Curitiba e Maceió, a partir de 2002. A empresária informou ainda que houve contratos com índice de superfaturamento de mais de 100%. O depoimento foi interrompido por ordem médica, pois Sílvia Pfeiffer sofre de hipertensão.

A comissão já aprovou requerimentos solicitando cópias de auditorias realizadas pelo MPF, pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela CGU em obras contratadas pela Infraero. Ao todo, foram solicitadas reproduções de 116 fiscalizações feitas em aeroportos de 17 estados, sendo 31 delas referentes aos aeroportos paulistas de Viracopos, Guarulhos e Congonhas.

Lucena anuncia criação do comitê pró-transposição do São Francisco

Cícero Lucena (PSDB-PB) anunciou ontem a criação na Paraíba de um comitê pró-transposição das águas do rio São Francisco. Ele explicou que o comitê tem a missão de informar a população do estado sobre os benefícios que a obra trará a todos.

– Quem tem sede defende a transposição – frisou.

O senador leu o manifesto do arcebispo da Paraíba, dom Aldo Pagotto, em defesa da transposição. No texto, o religioso manifesta sua crença na obra, afirmando que o projeto é tecnicamente seguro, economicamente viável e administrativamente sustentável.

“Ora, não cabe à Igreja imiscuir-se nas soluções técnicas. Os bispos de Paraíba, Ceará,



Gerardo Magela

Segundo Cícero Lucena, comitê informará a paraibanos sobre benefícios da obra

Rio Grande do Norte e Pernambuco pronunciam-se a favor da revitalização e da integração das bacias do rio São Francisco, exceto um ou dois bispos, com dúvidas”, assinalou o arcebispo no manifesto.

Suplicy atende pedido de Celso Amorim e desiste de ir ao Iraque

Eduardo Suplicy (PT-SP) informou que desistiu de viajar ao Iraque, onde pretendia explicar ao Parlamento daquele país seu projeto de renda mínima, sugerindo que o governo iraquiano adotasse sua proposta utilizando a renda proveniente do petróleo. Ele disse que resolveu não viajar por solicitação do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim.

O senador anunciou que viaja nesta sexta-feira para Bangladesh, onde se encontrará com Muhammad Yunus, ganhador do Prêmio Nobel de Paz por sua política de microfinanciamentos aos que desejam empreender pequenos negócios. Suplicy visitará ainda Coreia de Sul, Angola e Moçambique.

Para senador, colocar dinheiro público num prédio luxuoso, em vez de destiná-lo a redes de água e esgoto, é comportamento mais nocivo do que se apropriar de verbas

Cristovam: pior corrupção é a das prioridades políticas

Ao comentar as centenas de e-mails que tem recebido de internautas indignados com o aumento de casos de desvios de verbas envolvendo políticos, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse ontem considerar a “corrupção das prioridades políticas” um problema mais grave que a subtração direta de recursos públicos. Ele criticou a falta de atenção da população para a baixa qualidade do gasto público realizado pelos agentes políticos.

Cristovam afirmou que corrupção mais nociva é a que retira verbas destinadas a redes de água e esgoto para colocá-las num prédio luxuoso, como o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP), caso flagrante de obra superfaturada que levou à cassação do mandato do senador Luiz Estevão, do Distrito Federal.

– Tirar dinheiro daquele prédio



Cristovam vê falta de atenção do cidadão para a baixa qualidade do gasto público

[TRT-SP] para uma pessoa é corrupção no comportamento, mas colocar dinheiro público naquele prédio de luxo, numa sociedade pobre é uma corrupção nas prioridades. E essa é de consequências mais graves ainda do que a corrupção no comportamento dos políticos que se apropriam do dinheiro público.

Ao referir-se à renúncia do senador Joaquim Roriz, o parlamentar condenou medidas adotadas por este, como governador do Distrito Federal, cancelando programas sociais que ele, Cristovam, havia iniciado em seu governo.

Num dos programas cortados – Saúde em Casa – mais de 2,5 milhões de pessoas teriam deixado de ter acesso a assistência médica próxima às suas residências pela demissão de médicos, enfermeiros, psicólogos e dentistas que trabalhavam em casas alugadas em locais estratégicos dentro de bairros pobres.

– Essa é uma corrupção política maior do que a corrupção simplesmente da ética – afirmou Cristovam, que foi apoiado, em partes, por Mão Santa (PMDB-PI), Papaléo Paes (PSDB-AP) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Santa Casa do Rio pode fechar por falta de recursos, alerta Mão Santa

O senador Mão Santa (PMDB-PI) chamou a atenção do governo para a situação vivida por hospitais filantrópicos no país, em especial a Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, que pode ter suas atividades encerradas por falta de recursos financeiros.

Citando o Blog do Noblat, o parlamentar disse que essa Santa Casa, a primeira instituição do gênero no país, inaugurada em 1582, sobreviveu ao longo dos séculos com recursos do governo e doações de particulares. Nela, informa o blog, foi criada

a primeira Academia Nacional de Medicina, uma farmácia de qualidade e atendimento em todas as especialidades médicas à população de baixa renda.

Mão Santa ressaltou que o valor atual das consultas médicas pagas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) é de apenas R\$ 2,50. Em aparte, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que “é trágico” que um médico receba um salário mínimo para dar oito consultas diárias por mês.

Mão Santa também chamou a atenção do governo e do ministro



Mão Santa lembra que instituição se mantém com doações e verbas públicas

da Saúde, José Gomes Temporão, para os casos de dengue hemorrágica, que teriam aumentado de 4,5% para 13%. A doença é provocada pelo *Aedes aegypti*, mesmo mosquito responsável pela febre amarela.

Senador diz que nova lei das micro garante mais lucro

Valdir Raupp (PMDB-RO) disse ontem, em Plenário, que a nova Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, aprovada pelo Congresso em dezembro do ano passado, contém regras comerciais e tributárias mais justas, garantindo maior lucratividade ao setor.

O senador enumerou, entre os benefícios da nova lei, a

desburocratização do processo de abertura de novas empresas, pois os documentos para sua constituição serão entregues a um só órgão e haverá registro único.

– Premiados com tributos mais modestos, muitos empreendedores ganharão, daqui para frente, alíquotas que variam de acordo com o faturamento, de 4% a 11,61% no comércio – comemorou.

Raupp ressaltou que o novo regime do Supersimples garante às pequenas empresas vantagens em licitações públicas, além da

criação de um novo programa de parcelamento de dívidas com a Previdência Social.

O parlamentar fez pequeno histórico da tentativa de regulamentar a matéria desde 1979, com o 1º Congresso Brasileiro da Micro e Pequena Empresa. “A evolução gradativa do tratamento diferenciado às pequenas e microempresas não comporta retrocessos. [A Lei Geral] representa um passo da maior importância, fortalecendo a estrutura empresarial brasileira, cuja base se assenta nos empreendimentos de menor porte”, afirmou.

Raupp comemora liberação ambiental de hidrelétricas

A decisão do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de conceder licença prévia ambiental para duas hidrelétricas do rio Madeira – Jirau e Santo Antônio – foi comemorada por Valdir Raupp (PMDB-RO). O senador disse que as usinas são importantes para Rondônia e podem evitar que o país enfrente “um racionamento de energia daqui a três ou quatro anos”.

– Essas hidrelétricas, a serem construídas por empresas privadas sob concessão federal, poderão acrescentar 6.450 megawatts (MW) à produção nacional a partir de 2012 ou 2013. Com a decisão, o governo já pode promover o leilão para escolha das empresas interessadas nos empreendimentos – acrescentou.

O Ibama estabeleceu 33 condicionantes para que o processo seja finalizado, entre elas um programa de acompanhamento da sedimentação e da reprodução dos peixes do Madeira. O excesso de sedimentos do rio, que pode assorear as represas, e a possibilidade de extinção de peixes vinham impedindo a liberação prévia das obras por parte de técnicos do Ibama. Raupp frisou



Raupp: usinas do rio Madeira ajudarão a sustentar o crescimento econômico

que “até o presidente Lula” se empenhou para a liberação ambiental das usinas.

– Essas hidrelétricas serão muito importantes para a sustentação do crescimento econômico do país. Se o Brasil crescer a 4% ou 5% ao ano, vai precisar de muita energia. É claro que não serão apenas as usinas do rio Madeira que irão resolver nossos problemas nesta área, mas o licenciamento prévio já é um avanço importante – afirmou.

Segundo o Ibama, a licença prévia não autoriza a instalação do empreendimento, havendo necessidade de novas licenças à medida que os projetos forem sendo executados e cumpridas as exigências do instituto.

Mesquita Júnior defende reação ao “enfraquecimento do Ibama”

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) protestou contra a divisão do Ibama com a criação do Instituto Chico Mendes, que será discutida hoje na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). Segundo ele, a mudança, “além de antidemocrática, por ter sido feita por medida provisória, enfraquece o instituto”.

O senador lembrou que, para obter do Senado a aprovação da lei de gestão de florestas públicas, o governo concordou em deixar com a Casa a competência de autorizar concessões de áreas públicas acima de 2 mil hectares. Quando o projeto seguiu para a sanção do presidente Lula, esse artigo foi vetado, sob a alegação de que o governo iria reforçar o Ibama.

– É preciso uma reação do Senado. O que o governo está fazendo agora é justamente o contrário. Está fracionando o Ibama e, portanto, enfraquecendo-o – disse o senador, que pediu aos seus colegas que compareçam em grande número à audiência desta terça na CMA.



Para Mesquita Júnior, criação de instituto deve ser debatida com ponderação

Para Mesquita Júnior, a MP 366/07, que desmembrou o Ibama, tem de ser rejeitada pelo Senado ou então transformada em projeto de lei, de modo que se possa discutir o assunto com a ponderação que ele merece.

O senador protestou ainda contra medidas autoritárias que estariam sendo tomadas pela direção do Ibama. Uma delas – a Portaria 755, de 15 de junho – vinculou a efetivação dos funcionários em estágio probatório à não participação na greve organizada contra a divisão do órgão.

– Isso é do tempo da ditadura militar – afirmou o senador.